



Diário Oficial da Assembleia Estadual Constituinte

Nº 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

COMISSÃO CONSTITUCIONAL ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

No primeiro dia do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, às 9:00 horas, no Auditório "Deputado Luiz Gabriel Sampaio", reuniu-se a Comissão Constitucional, com o objetivo de debater sobre a destinação dos recursos previstos pelo aproveitamento energético. A reunião foi presidida pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, mais a presença dos Senhores Deputados Constituintes: Caíto Quintana - Relator, David Cherigate, Hermas Brandão, Gernote Kirinus, Werner Wanderer, Sabino Campos, Pedro Tonelli, Homero Oguido, Lauro Alcantara, Antônio Costenaro, Haroldo Ferreira, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio e Algaci Túlio. Ao dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente anunciou os convidados: Fabiano Braga Cortes, representante da Usina Hidrelétrica de ITAIPU; Celso Sabóia, Presidente do BADEP; Álvaro Neumann, Presidente da AMOP; Luiz Reinaldo Zanon, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Paraná; Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Paraná; Atilio de Oms Sobrinho, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica Nacional de Empresários; José dos Campos Garcia, Presidente da AMP; Antenor Beni, Diretor da FETAEP; Francisco L. Sibus Gomide, Presidente da COPEL; Luiz Carlos Haully, Secretário de Estado da Fazenda; Eladio Delrosal, representante do ITCF, que discorreram sobre os "royalties" gerados pelo aproveitamento de nossos recursos naturais. Após a oitiva dos convidados, fizeram uso da palavra os representantes de entidades que se inscreveram no decorrer da reunião: Albino Corrazza, representante da CACIOPAR; Valdir Isidoro Silveira, Vice-Presidente da Associação dos Agrônomos do Paraná; Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, representante do PROCERA e Glaucio Luciano Coraiola, representante da Câmara Municipal de Guaíra. Concluídas as exposições, o Senhor Presidente convidou o Senhor Relator a fazer sua explanação sobre o assunto em tela, conforme notas taquigráficas em anexo. Encerrada a reunião o Senhor Presidente agradece a presença de todos, declarando que a Comissão Constitucional colheu subsídios fundamentais para obter um consenso suprapartidário a respeito da destinação dos "royalties" a que o Estado do Paraná tem direito. Diz ainda, que, com estes elementos a Comissão poderá sugerir a destinação destes recursos com maior conhecimento de

causa. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

OFÍCIO CIRCULAR INFORMATIVO.

ASSUNTO: Audiência Pública do dia 01/08/89, Sobre os "ROYALTIES".

A SUREHMA vem por meio deste, encaminhar sua reivindicação, esclarecendo de ante mão que os "ROYALTIES" nada mais são que compensações financeiras devidas ao Estado e Municípios pela exploração de seus recursos naturais, e destes os recursos hídricos são os geradores de energia elétrica.

Todas as formas de geração de energia, seja de origem hidráulica, petróleo, carvão mineral ou vegetal, são perturbadoras do meio ambiente. O uso de um recursos natural para geração de energia, segundo a Constituição Federal, deverá ter uma compensação financeira para a região afetada, em reconhecimento à perda irreparável que significa. Além de afetar diretamente as condições ambientais, ainda há a necessidade de preservação futura, como é o caso de uma hidrelétrica. Medidas como controle de erosão, fontes poluidoras industriais e domésticas, qualidade de água são tomadas para garantir o funcionamento do empreendimento gerador de energia. Note-se que, os recursos hídricos são os maiores geradores de energia no Estado, e estes devem receber uma recompensa pela sua utilização e conseqüente proteção através do monitoramento e controle das fontes de poluição, em toda a bacia hidrográfica.

Assim sendo, defendemos que uma parte substancial dos recursos advindos dos "ROYALTIES", sejam destinados às instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente e gerenciamento dos recursos hídricos.

CMG.OF.Nº 294/89.

Guaíra (Pr) em, 31 de julho de 1989
Ao Presidente da Comissão Constituinte da Assembleia Legislativa do Paraná - Curitiba - Pr.

Senhor Presidente:

1. Com a finalidade de participar, junto à Constituinte Estadual, por ocasião da

audiência pública que tratará do assunto pertinente aos recursos proveniente dos Royalties, temos a satisfação de apresentar os Vereadores (Dr. Glaucio Luciano Coraiola,) Dr. Daniel Honorato de Barros, Prof. Suemy Aparecida Eloy Foletto e Maria Elci Venancio da Silva, os quais em Comissão, representarão o Legislativo Municipal de Guaíra.

2. Na oportunidade, antecipamos os nossos agradecimentos pela atenção dispensada e renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.
Câmara Municipal de Guaíra
João Lima Moraes
Presidente

COMISSÃO CONSTITUCIONAL
SESSÃO PÚBLICA - ROYALTIES
Realizada em 1º de agosto de 1.989

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) Está aberta a Sessão Pública da Comissão Constitucional onde vamos debater o problema dos "royalties".

(Faz o anúncio dos participantes e de alguns presentes em plenário)

Iniciamos com o Dr. Fabiano Braga Cortes.

O DR. FABIANO BRAGA CORTES - Meus Senhores, minhas Senhoras, é uma emoção muito grande para mim comparecer hoje à Assembléia Legislativa. E a minha satisfação é dobrada, primeiro por representar o nosso Diretor Geral Ney Braga, que aqui não pôde comparecer por compromissos anteriormente assumidos, dado que nós tomamos conhecimento deste importante evento somente no dia de ontem.

Também uma emoção muito grande porque eu retorno a esta Casa do Povo, onde tive a honra de conviver durante 16 anos, e com muita honra fui Presidente desta Casa. Eu saúdo os Srs. Deputados, saúdo o meio empresarial aqui presente, Senhoras e Senhores e demais autoridades.

Sinto-me honrado em participar desta reunião com lideranças paranaenses expressivas, para expor aspectos relativos a royalties da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Foi na atual gestão, liderada pelo ex-Governador Ney Braga, que o processo de pagamento de royalties para a União foi consolidado, o que vem sendo feito desde 1985. É importante salientar a participação destacada, neste processo, do jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da Rede Paranaense de Televisão e do Jornal Gazeta do Povo, de Curitiba.

Como sabemos, a nova Constituição Brasileira assegura aos Estados e Municípios a participação no resultado da exploração

de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou compensação financeira por essa exploração.

Atualmente, o Congresso Nacional estuda vários projetos de lei que regulamentarão a aplicação deste dispositivo, quase todos fixando percentuais que variam de 1% a 5% do faturamento das empresas hidrelétricas.

Também esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encarregada de elaborar a nova Constituição Estadual, tem recebido inúmeras propostas de regulamentação deste dispositivo, de Deputados, de Prefeituras, de Câmaras de Vereadores, de Associações de Municípios, de Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas e de Associações Comunitárias.

No plano federal as preocupações dizem respeito principalmente aos critérios de cálculo e fixação do valor dos royalties. No plano estadual, aos critérios de divisão dos royalties entre o Estado e os Municípios e às alternativas de sua aplicação.

Itaipu é uma entidade binacional, mantida por Brasil e Paraguai e regida por um tratado, o Tratado de Itaipu, assinado por ambos os países em 26.04.73, cuja elaboração foi processada pelos respectivos Ministérios de Relações Exteriores, seguindo as normas internacionais e cujo teor foi aprovado pelos Congressos de ambos os países.

O Tratado de Itaipu prevê o pagamento de royalties, em partes iguais aos governos do Brasil e do Paraguai, os quais constituem direito dos dois países em razão da utilização do potencial hidráulico.

O valor desses royalties foram fixados no Tratado em US\$ 650/GWH (seiscentos e cinquenta dólares norteamericanos por gigawatt/hora) produzidos e medidos na Hidrelétrica de Itaipu.

Posteriormente, esse valor foi atualizado em decorrência de alterações do custo real da obra, pois o valor de US\$ 650/GWH foi fixado em função do custo estimado das obras, em 1973, baseado então em um Estudo Preliminar, sujeito portanto a alterações, à medida que fossem se desenvolvendo detalhes do Projeto.

Assim, em janeiro/86, os governos do Brasil e do Paraguai, através de Nota Reversal atualizaram esse valor, multiplicando-o por fatores que variam de 3,5 em 1985, a 4,0 a partir de 1992.

Além disso, o montante em dólares norteamericanos destinados a esses pagamentos passaram a ser corrigidos por um fator de ajuste baseado em variações dos índices "Industrial Goods" e "Consumer Prices", ambos dos Estados Unidos da América, parâmetros aceitos em todo o mundo.

Tal ajuste se fez necessário pelo fato

de o dólar norteamericano deixar de ter referida sua paridade oficial em relação ao ouro.

Como consequência, ao destinar os montantes a título de royalties para os Governos do Brasil e do Paraguai, Itaipu está praticando as regras estabelecidas no Tratado. Qualquer nova sistemática que se pense em adotar, implicará, necessariamente, na sua alteração.

Itaipu começou efetivamente a gerar energia elétrica em 1985, e desde então tem destinado royalties ao governo brasileiro, nos seguintes montantes:

1985 - US\$ 26,2 milhões
 1986 - US\$ 31,5 milhões
 1987 - US\$ 40,4 milhões
 1988 - US\$ 45,1 milhões

Atualmente, 14 das 18 turbinas previstas encontram-se em operação, devendo a décima-quinta entrar em giro mecânico nesta primeira semana de agosto. Isto representa uma potência de 9,8 milhões KW, o que significa a maior potência instalada em uma única Usina, em todo o mundo. A previsão do pagamento de royalties em 1989, está na ordem de US\$ 58,6 milhões.

A conclusão das obras está prevista para 1991. Desse modo, 1992 será o primeiro ano de produção plena da usina, propiciando a partir de então cerca de US\$ 100 milhões anuais a título de royalties para o governo brasileiro e igual quantia para o governo paraguaio.

Ambos os governos, é importante salientar, utilizam os recursos gerados da maneira disposta pelas suas respectivas legislações específicas. No caso brasileiro, de acordo com o disposto na Constituição Federal e na sua futura regulamentação e na nova Constituição Estadual, que ora esta Casa tão bem estuda e elabora.

Finalmente, o mais importante a ressaltar é que o pagamento dos royalties se constitui numa justa retribuição ao Estado e, principalmente, aos municípios, e sua aplicação criteriosa resultará certamente em benefícios, desenvolvimento, progresso e bem-estar do nosso povo tão querido.

Eu queria neste momento, lembrar aos presentes que no seminário que tivemos alguns meses atrás, em Foz do Iguaçu, com a presença do Senador Ronan Tito (?) Presidente do Senado e demais lideranças de áreas atingidas, foram por demais debatidos o critério de aplicação desses royalties. E hoje mesmo no editorial da Gazeta do Povo, tem um artigo que é muito importante ser ressaltado nesse momento, que diz "Prudência na gestão dos royalties".

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) Muito obrigado, Dr. Fabiano Braga Cortes. Representando a Itaipu, falará em se-

guida o Dr. Celso Sabóia.

O DR. CELSO SABÓIA - Senhoras e Senhores, Srs. Deutados membros da Mesa, representantes do povo do Paraná nesta Assembléia Constituinte, demais autoridades aqui presentes, meus companheiros de diretoria, meus senhores e minhas senhoras.

Antes de mais nada, uma rápida explicação sobre a razão do Presidente do BADEP estar aqui falando aos Senhores.

Acontece que a preocupação do BADEP é o desenvolvimento. E hoje aqui estamos debatendo sobre a destinação que se deva dar a uma matéria prima por assim dizer, a um recurso para desenvolvimento, são os recursos financeiros para apoiar investimentos destinados ao Governo do Estado.

Desenvolvimento se faz com investimentos públicos ou privados, investimentos realizam-se com recursos, poupança de longo prazo que, meus senhores, é algo que está rareando pelo nosso País.

De um lado é área federal se defrontando com um monstruoso déficit público, que certamente impedirá por alguns anos que ela forme poupança para investimentos.

Não bastasse isso o País debate-se com a dívida externa gigantesca, que custa juros e encargos fantásticos e cujo pagamento vem impedindo a mobilização de importante massa de capitais para investimentos e interesse do País.

Do outro lado, o descobrimento de acordos no sistema financeiro internacional, vem impedindo já alguns anos, a entrada de novos empréstimos com base em capital estrangeiro.

Penso que, quando muito, teremos que nos contentar no plano internacional com eventuais recursos nos mecanismos oficiais de fomento, tipo BIRD, BADEP, os quais além de demorado, jamais virão em quantidade suficiente para atender as novas necessidades de crescer.

Ainda na área federal, tendo que estar muito atento às consequências da nova distribuição nacional de renda entre Estado, entre Governo Federal, Estados e Municípios.

A União, a cada dia que passa, está reduzindo as fontes de recursos que tradicionalmente vinha mantendo, reduzindo as fontes de recursos, e o que é muito pior, não tendo nenhuma perspectiva a curto prazo.

Então, vamos ver o panorama.

No Banco Central, foi extinta a Diretoria de Crédito Agrícola Industrial, cujos recursos há muitos anos vinham sustentando boa parte dos investimentos dos bancos de desenvolvimento. Foram transferidos para a Secretaria do Tesouro Nacional, ali praticamente reduzidos e na verdade caminham para a extinção.

O Banco Nacional de Habitação, outra fonte importante de recursos para o desenvolvimento, foi extinto. Seus recursos passaram para a Caixa Econômica, um organismo federal que aplica seu talento e seu benefício através de suas agências.

Os problemas de investimentos têm sentido, estão à mira da sociedade e atribuindo agora a eles efeitos danosos. Só se fala em acabar o subsídio, sem lembrar que antes de dar o subsídio sempre houve um confisco por parte do Governo. Antes do Governo dar o incentivo para o alistamento, ele aumentou o imposto de renda.

Antes de dar, ele aumentou o imposto de renda. E hoje, diz que é tirado dele. Não, é tirado da sociedade.

Estes incentivos vão também sendo para pesquisas: EMBRATUR, florestamento, todo tipo de incentivo em fase de extinção, também.

O BNDS, que já teve um grande papel, teve recursos, em grande parte, desviados para programas de securidade, pela nova Constituição. Ele está exigindo cada vez maiores contrapartidas e reduzindo sua participação. Para se ter uma idéia, nos últimos dias, financiamentos, por exemplo, de transporte urbano de ônibus, o BNDS só financia 30%. Os financiamentos, em geral, caíram de 90% para 70%. E as perspectivas são as piores possíveis. Não podemos contar, a curto prazo, não contaremos com o retorno do BNDS como agente importante.

Os fundos internacionais exigem sempre contrapartidas. No mínimo 50%. Estamos vendo que no Estado há dificuldade em dar contrapartida para programas do BID porque não contamos com recursos próprios, tal que os recursos do Estado, em sua maioria, são absorvidos por custeio da máquina e pagamento da dívida.

Todo o quadro relativo à disponibilidade de poupança para investimento é extremamente difícil e toda cobertura econômica também está muito difícil. Se somarmos as despesas de custeio aos compromissos oriundos da dívida, perceberemos que a capacidade de investir diretamente do Governo do Estado é muito pequeno. Vamos ser realistas: restarão somente futuros recursos oriundos dos royalties e antes como fonte de poupança líquida para o Estado. Canalizar estes recursos para investimentos produtivos, consoante com a política de desenvolvimento, parece-nos uma opção sadia, inteligente e lógica. E, salvo engano, rigorosamente ajustado ao espírito do artigo da Constituição que instituiu os royalties. Afinal, royalties são indenizações pela exploração de recursos naturais ou renováveis. São riquezas pertencentes aos Estados e aos municípios, e agora, falando do Paraná, que precisam ser repostos. Entendemos que esta reposição não po-

de ser feita de outra forma senão mediante o ato de necessidades vitais à população, pela expansão econômica do Estado e penso que parte que couber ao Estado não pode ser aplicada em outra coisa. Os municípios tratarão de definir como aplicarão as suas partes. A propósito, é bom lembrar que já tramita na Câmara Federal Projetos de Lei Complementar definindo quanto dos royalties caberá ao Estado e quanto aos municípios. O projeto de lei patrocinado pela união dos municípios energéticos propõe 50% para os municípios afetados; 2% para o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica e 48% para o Estado. Não cabe aqui debater se esta instituição é ou não justa. Mas, é importante registrar que os municípios diretamente atingidos vão ser diretamente compensados. Além disso, serão atendidos através dos projetos de investimentos produtivos que ali se instalarem.

Serão também atendidos pelos recursos que forem destinados à infra-estrutura do Estado reforçando a geração de energia elétrica, reforçando o programa de armazenagem, reforçando o programa do Estado. Logo, me parece que os municípios diretamente atingidos têm uma cota bastante elevada. Eles representam cerca de 10%, em cerca de 30, eles vão receber 50% da totalidade dos royalties. Participar ainda diretamente da cota do Estado, me parece que é um atendimento um pouco exagerado. Menciono isso porque sei que é a preocupação de vários Deputados e é ponto de alguns municípios da área diretamente atingida.

Neste momento, na verdade, o que nós estamos discutindo é com relação à parte do Estado. Aqui na Constituinte Estadual se discute a parte do Estado já que a parte dos municípios será fixado pelo parlamento federal.

O fato é que a Constituição Federal define que os Estados serão contemplados. E nada mais legítimo do que definirmos desde já no corpo da nossa Constituição a destinação destas indenizações.

É fundamental, portanto que mobilizemos estes recursos para promoção do desenvolvimento de todo Estado. Esse desenvolvimento significa, entre outras coisas, aprimorar a infra-estrutura física e social do Estado, entenda-se, a questão energética em toda a sua extensão; a eletrificação rural; a telefonia rural; a modernização das comunicações; saneamento básico; as escolas profissionalizantes, o desenvolvimento científico e tecnológico com a preservação do meio ambiente e todas as outras mais atividades que possam interessar à sociedade como um todo.

Significa apoiar a iniciativa privada no sentido de que as empresas paranaenses ganhem condições de competitividade a ní-

vel nacional e internacional. Significa atrair empresas de outros Estados e de fora do país no sentido de que realizem aqui seus investimentos; significa, afinal, gerar mais empregos, elevar a renda do nosso povo e, fundamentalmente precisamos oferecer condições mínimas para reter aqui a nossa população, principalmente da zona rural. Desenvolvimento, por fim, significa realizar investimentos que reduzam as diferenças que temos em algumas regiões do Paraná que são muito deprimidas.

Vamos dar aqui alguns exemplos das dificuldades que estamos encontrando por não contarmos com recursos próprios, recursos autônomos do nosso Estado:

A citricultura passou a ser uma extraordinária alternativa econômica para toda região nordeste do Estado.

Todos os Senhores sabem os problemas lá causados pelo arenito de Caiuá. Pois bem, o BADEP sondou o BNDS sobre a possibilidade de elaborarmos um programa estadual citricultura. Ficamos muito surpreendidos quando nos disseram que a nível de Brasil não havia mais razão para prioridades na citricultura no Paraná porque São Paulo ela já estava inteiramente desenvolvida e consolidada.

Segundo, o BADEP vem desenvolvendo há meses a montagem de um programa de desenvolvimento da região central do Estado, reconhecidamente uma das mais pobres, senão a mais pobre, a proposta de lá se instalar um polo especializado na produção e industrialização de pequenos animais.

Quando contactamos o BNDES para a nossa proposta não conseguimos nenhuma prioridade. Praticamente, segundo o BNDES as regiões que terão tratamento prioritário são o Norte e Nordeste do País. Quer dizer, um outro caso, embora não pretenda alcançá-los é bom dar os exemplos claros e específicos que estão ocorrendo.

Na semana passada a PETROBRÁS divulgou que cessaria os seus investimentos em São Mateus do Sul, decisão que está sendo revista.

Na instalação do módulo industrial de processamento do xisto apesar de restarem apenas 15% da área a ser construída, cerca de 37 milhões, a PETROBRÁS decidiu não mais investir.

Há mais de um ano que o BADEP vem trabalhando na concepção do polo industrial em torno daquele módulo. Um módulo que seria a função de transformar-se num polo de desenvolvimento regional.

Os senhores sabem que a região em torno de São Mateus é uma das regiões mais indefinidas do Estado. Sua população imigra inchando os grandes centros. E lá, segundo os nossos estudos e projetos em andamento apenas a Incepa está instalando um centro cerâmico, uma indústria cerâmica

que vai absorver 1.500 operários, são 1.500 empregos, e o potencial de gasto que exige em São Mateus, permite triplicar essas ações industriais. Seriam, portanto, 7.500 empregos que poderiam ser criados naquela região direta e indiretamente, que não serão, em virtude da recusa do FDE de financiar, de FDE não da PETROBRÁS, e na pauta do BADEP teve recursos para bancar este empreendimento. É por isso que nos falta, matéria-prima para investimento, dinheiro, são inúmeros os exemplos que nós poderíamos mencionar, mas penso que aqui já indiquei, seria o bastante para dilatarmos a necessidade de encontrarmos uma fonte cativa, uma fonte exclusiva para financiá-lo de maneira autônoma ao desenvolvimento social do Estado.

Estamos aqui hoje, portanto, para darmos o nosso total apoio a tese que define a destinação dos royalties para financiar o desenvolvimento do Estado. Pensamos que a sociedade paranaense não nos perdoará se não fizemos do uso mais adequado desses recursos, evitando a todo custo e que eles sejam desviados de sua finalidade básica, evitando a todo custo que eles se esvaíam no custeio da ordem administrativa e no pagamento de dívidas. Essa também foi a preocupação, não tenho dúvida dos Deputados Homero Oguido, Orlando Pessuti, Gernote Kirinus, Luiz Alberto Oliveira, Pirajá Ferreira e muitos outros, que ofereceram emendas ao artigo 144 do anteprojeto de Constituição Estadual de que trata da definição dos Royalties, mantendo a tese da destinação dos Royalties ao fundo de desenvolvimento. Todos queremos ver esses recursos bem aplicados. Nesse sentido, não há como deixar de louvar também quando o referido anteprojeto estabeleceu que os Royalties sejam canalizados diretamente ao fundo de desenvolvimento. Muitos poderão indagar, por que ao fundo de desenvolvimento? É porque o fundo já existe, foi criado especialmente para carrear recursos para o desenvolvimento do Estado na década de 60, porque é o fundo altamente flexível, sendo possível através dele destinar recursos financeiros mediante subscrições de capital e portando-se em custo as empresas estaduais responsáveis pelo desenvolvimento da infra-estrutura do Paraná, como a SANEPAR, a CEASA, a COPEL, das quais aliás o FDE já é acionista com recursos que antigamente dispunha. Poderá atender programas de pesquisas, defesa ao meio ambiente e outros com finalidades sociais, pois o regulamento do FDE estabelece para esses fins a possibilidade de destinar até 5% do total de seus recursos a fundo perdido, permite atrair capital estrangeiro ao Paraná, quando da formação de Royalties com empresas paranaenses, possibilidade que o BNDES não admite, financiar

o setor Nacional mediante empréstimos normais, permite bancar desenvolvimento como por exemplo aqueles que eu mencionei anteriormente. Gostaria a propósito do FDE fazer mais um registro: A despeito da existência de leis específicas, obrigando o Estado a ligar diretamente ao seu fundo de desenvolvimento partes da arrecadação fiscal, isso jamais foi satisfatoriamente cumprido. Esta é uma das razões pelas quais perdemos a autonomia na condição do processo de desenvolvimento do Paraná. Durante mais de duas décadas, é bom não esquecermos aos critérios de prioridade acrescidos pelos organismos Federais de crédito; para as outras instituições que pleiteiam esses recursos, eu diria que não há o que temer, se a instituição estiver voltada para a promoção do desenvolvimento, se a sua causa for importante, se o seu projeto for válido, ela certamente será contemplada com recursos da FDE dos Royalties através do FDE.

Soubemos que no decurso dos trabalhos da Constituinte Estadual pleiteou-se a criação de mais de 15 Fundos com as mais variadas finalidades.

Primeiro: o problema não é criar Fundos, problema é ter recursos.

Segundo: Do ponto de vista legal, contábil e estrutural, o FDE pode atender toda e qualquer vinculação de recursos para o desenvolvimento industrial e social do Estado.

Criar 15 Fundos ou seja lá quantos forem, é multiplicar custos de administração por tantas vezes quantos forem os Fundos criados. Ademais o FDE além de auditado por auditores independentes é fiscalizado pelo Tribunal de Contas, e gerido pelo BADEP praticamente ao custo da própria organização.

Se alguém ainda questionar sobre os critérios de aplicação de recursos, mais uma vez temos a louvar a proposta que cria a Comissão Paritária, proposta em estudo, ou projeto substitutivo que está sendo apresentado à Assembléia Constituinte, cria uma Comissão Paritária composta por membros do Legislativo, do Executivo, das classes trabalhadoras, das classes empresariais que estabelecerão as prioridades de aplicação desses recursos; o orçamento programa anual, ou trianual, não será o BADEP que vai decidir, será esta Comissão constituída por legisladores, por membros do Executivo, do 1º Escalão, por Sindicatos de Trabalhadores de empresários, que vão destinar os recursos, de acordo com as prioridades.

É importante lembrar que as prioridades mudam e, que a concentração dos recursos no FDE é conveniente até sobre este aspecto. A flexibilidade que a Comissão terá de periodicamente rever prioridades,

pode assegurar que os royalties sejam aplicados a cada momento de acordo com as reais necessidades do Estado.

Na próxima década entramos na fase decisiva. Vamos chegar ao ano dois mil. Há uma natural expectativa do mundo em torno dessa data. Há também uma natural esperança, de que nós paranaenses possamos dar aos nossos filhos naquela data, o melhor Estado da Nação.

Penso que não será ambição demais. Talvez, hoje mesmo já possamos nos orgulhar, de que o Paraná seja o melhor Estado para se viver. Mas, isto não basta. É preciso melhorar, é há muito que melhorar. É preciso que tenhamos consciência, de que para melhorar é preciso investir. E que para investir é necessário criar poupança.

Royalties, Senhores, serão a única poupança líquida e certa com que o Paraná contará no próximo futuro.

Está nas mãos dos Senhores Constituintes, a correta destinação disto tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zarusso) Tendo falado o Presidente, Celso Sabóia, do BADEP sobre a sustentação da destinação dos royalties a um Fundo de Desenvolvimento Específico, falará em seguida, o Prefeito Álvaro Newmann, Presidente da AMOC, Prefeito da cidade de Foz do Iguaçu.

O SR. ÁLVARO NEWMANN - Excelentíssimos Senhores Deputados, Secretário de Estado, Diretores de Autarquias, Prefeitos do Paraná com os Prefeitos de São Paulo atingidos por hidrelétricas têm discutido já, os diversos projetos que se encontram no Congresso Nacional, em relação à destinação dos royalties, para os Estados e Municípios.

Vemos agora este Projeto sendo discutido na Assembléia Legislativa do Estado, na Constituição Estadual. Só para lembrar e para situar quem não vive uma situação como nós, que temos a sede da maior hidrelétrica do mundo Itaipu, em nosso município, nós queremos posicionar os Senhores que apesar do grande desenvolvimento que estas obras trazem às regiões geram também problemas sociais, perda de produtividade, através do alagamento de áreas anteriormente produtivas, que aumentavam o ICM dos Municípios e especialmente da região da Itaipu/Binacional os municípios que hoje fazem parte do lago de Itaipu foram esquecidos durante anos pelo Governo Estadual do Paraná, foram esquecidos porque viam aquela região como uma área Federal e recebemos poucos recursos do Governo Federal.

Apesar dos investimentos que Itaipu faz em toda região do lago vemos agora, o Governo Estadual retornar os investimen-

tos, ter como seu aquele território novamente e começou agora.

Foz do Iguaçu vive uma situação de calamidade. São trinta mil favelados, são problemas de toda ordem, são problemas de infra-estrutura, de habitação, enfim, problemas seriíssimos que enfrentamos mas, o resto do Estado nos vê apenas como uma grande cidade turística, o segundo pólo turístico do Brasil, uma das cidades mais ricas do Estado e isto não corresponde a realidade. Nós vemos municípios como São Miguel do Iguaçu, que perdeu quase trinta mil hectares de terras produtivas, perdeu população, perdeu recursos e hoje vive através de investimentos que são feitos pela Itaipu/Binacional, e agora pelo Estado do Paraná.

Nós precisamos reverter esta situação. Esta situação será revertida através da vinda dos royalties para todos esses municípios. E os projetos que se encontram no Congresso Nacional se forem aprovados, como pensamos que serão, destinando 50% aos municípios esses municípios, não só do lago de Itaipu, mas, todos os municípios brasileiros que foram atingidos, principalmente, por hidrelétricas, poderão retomar os seus investimentos, poderão voltar a crescer, poderão voltar a dar uma condição, principalmente, social melhor a sua população.

Nós estamos, hoje, discutindo o substitutivo apresentado pelo Deputado Gernote Kirinus e outros. Nós queremos ressaltar que os municípios do lago de Itaipu vêm com simpatia a destinação dos recursos do Estado para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná... (Palmas).

... Queremos ressaltar apenas o porque destes municípios e outros que são atingidos, hoje, pelas hidrelétricas da COPEL, da CESP, da ELETROSUL, não sejam esquecidos novamente com investimentos por parte do Paraná. E queremos propor aqui mais um parágrafo neste Artigo: que o Município de Guaíra que perdeu a sua principal fonte de recurso e hoje se encontra numa situação econômica seriíssima e não recebe investimentos maciços por parte do Governo Federal e Estadual como deveria receber, que se destine, durante cinco anos, 5% dos recursos de royalties do Estado com relação aos royalties de Itaipu para investimentos no Município de Guaíra, para que o município de Guaíra volte a crescer, volte a ser um município produtivo para o Estado do Paraná.

Guaíra vive hoje um estado quase de calamidade. Não vemos investimentos maciços para reverter a situação de Guaíra. Vemos obras apenas de pavimentação, algumas obras do Governo Estadual e obras da Itaipu Binacional, que tem se preocupado

com os problemas dos Municípios ao longo do seu lago.

Eu gostaria de ver, como todos nós Prefeitos da região do Lago de Itaipu, que convivemos com esta situação, que convivemos com o problema de Guaíra, tivéssemos incluído através de investimentos do próprio BADEP, através de investimentos do próprio Fundo de Desenvolvimento do Estado, programas para industrialização, para aplicação de recursos neste município.

Eu acredito que os royalties que serão pagos a todos os municípios do Brasil, que foram atingidos, principalmente, por hidrelétricas, nunca compensarão o que nós perdemos, nunca compensarão aquelas famílias que viram as suas terras alagadas, nunca compensarão aquela perda que todos os cidadãos desses municípios sentem de parte da sua cidade, do seu município.

Portanto, nós não queremos que sejam encarados os royalties como a salvação e um prêmio a esses municípios que tiveram a sorte de possuir hidrelétrica, mas uma compensação por aquilo que eles perderam.

Eu gostaria de agradecer aos Deputados que nos convidaram, o Deputado Gernote Kirinus e dizer que os municípios nada têm a opôr quanto a destinação desses recursos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico.

O SR. WERNER WANDERER (Pela Ordem) - Ontem à noite nós tivemos uma reunião com diversos Deputados e Prefeitos, onde foi discutido o problema de Guaíra especificamente, porque o estudo que tem em Brasília, são todos municípios do Brasil.

Dentro desse critério, Guaíra é o único município que na realidade vai perder, porque tem menos área alagada e menos população que perdeu, pela área pequena que foi inundada.

Então muito bem falou o Prefeito de Foz do Iguaçu, que foi o representante de todos os Prefeitos do Lago de Itaipu. Foi discutido ontem à noite também que o Município de Guaíra deveria ser dentro desse projeto de lei que será apresentado na Assembléia ser contemplado com uma porcentagem e lá nos discutimos, cinco anos, mas depois com o Prefeito e as Lideranças de Guaíra e os outros Prefeitos, em vez de cinco anos, deveriam ser vinte anos.

Entre quinze e vinte anos para realmente compensar, para ser igual, porque Guaíra na realidade foi o único município que mais perdeu por causa das Sete Quedas.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Após o Prefeito Álvaro Neumann de Foz do Iguaçu, falarão, representando o empresário do Paraná, o Doutor Luiz Reinaldo Zanon e o Doutor Carlos Alberto P. de Oliveira.

Antes, porém ao fazer um registro da presença do Doutor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná, desejo registrar a presença também dos Senhores Deputados Nereu Massignan, David Cheriegate, Hermas Brandão, Gernote Kirinus, Werner Wanderer, Sabino Campos, Pedro Tonelli, Caíto Quintana, Relator da Assembléia, da Comissão Constitucional, Homero Oguido, Lauro Alcantara, Antônio Costenaro, Haroldo Ferreira e também o Deputado Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Eduardo Baggio.

Usará da palavra o Doutor Luiz Reinaldo Zanon.

O SR. LUIZ REINALDO ZANON - Senhor Presidente da Comissão Constitucional, meus senhores e minhas senhoras, ao iniciar nosso trabalho no setor industrial, Federação das Indústrias, gostaríamos de tornar público o nosso reconhecimento ao trabalho que os Deputados da Comissão Constitucional vêm desenvolvendo na elaboração do anteprojeto da Constituição Estadual.

Saibam, meus senhores, que efetivamente o Paraná está dando exemplo nacional ao fazer o anteprojeto da Constituição, que representa o pensamento da maioria da sociedade paranaense. O oportunismo, o interesse individual tem sido deixado de lado.

Por isso os Senhores têm contado com o apoio da sociedade paranaense e o seu reconhecimento.

E temos certeza que o anteprojeto de Constituição que está em fase final de aprovação pela Comissão Constitucional, vai representar para o país um exemplo de bom senso, de brasilidade, de respeito à sociedade, o que não tivemos e não estamos tendo em outras Unidades da Federação.

Estamos hoje aqui para discutir a melhor redação para o artigo 144. Várias Emendas foram apresentadas. Gostaríamos, apesar de nos tornarmos repetitivos de separar as coisas. Primeiro é a necessidade de retorno à produção que a sociedade como um todo tem, a fim de que possamos alcançar o melhor futuro para o nosso país.

Para que alcancemos isto há a necessidade de novos investimentos. Estes investimentos devem ser feitos tanto a nível de município como a nível de Estado e aí a Constituição deverá então separar os royalties que se destinarão ao município e a parte que caberá ao Estado.

Como estamos em discussão da Constituição Estadual iremos nos ater apenas a discutir a parte referente ao Estado, uma vez que a Federal definirá o restante das outras partes.

Naquilo que compete ao Estado temos tido um apoio intransigente do setor encarregado de apoio ao desenvolvimento

estadual. Desde a FAMEPAR, hoje, BADEP, nós temos visto que o Estado, através dessa entidade tem apoiado o setor produtivo. Esses recursos de royalties vão, efetivamente, trazer uma recuperação do grande prejuízo que a sociedade paranaense como um todo, no que se refere as áreas alagadas, tem tido, no decorrer dos anos, uma vez que a nossa produção diminui, a nossa população se mantém, o nosso Estado vai se tornar cada vez mais pobre se não houver uma compensação.

A vinda do royalties é fundamental para que possamos estimular o desenvolvimento e recuperar essas perdas.

A destinação dos royalties e aí vai a nossa expressão de apoio para o Fundo de Desenvolvimento do Estado, que vai permitir efetivamente, que consigamos recuperar aquilo que estávamos perdendo.

É esta a mensagem da Federação das Indústrias, e novamente enaltecendo o trabalho desta Comissão Constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Após as palavras do Doutor Luiz Reinaldo Zanon, nós ouviremos a seguir o Doutor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná.

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhor Secretário de Estado, demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro eu gostaria de ressaltar a importância desta reunião. Nós que sabemos das dificuldades que se têm de reunir, em qualquer que seja o ambiente, empresários, políticos, para debater assuntos e interesses do Estado, vemos hoje com muita alegria com o auditório lotado com os mais variados segmentos da sociedade paranaense e curitibana, que vem aqui para discutir com os Senhores Deputados um artigo na nova Constituição.

Isso nos enche, como disse, de alegria por sentir que o Paraná está se levantando e tomando posição na defesa dos seus interesses.

Eu gostaria de, neste momento, além de apoiar plenamente aquilo que foi dito pelos oradores que me antecederam no sentido de que os royalties sejam destinados para o Estado, venham para o fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, que me parece é o organismo próprio para decidir por intermédio do BADEP essas importâncias que tanto o Brasil e o Paraná, no caso, carecem, pois sabemos que o dinheiro novo do Exterior não vem.

Infelizmente o descrédito do Brasil perante as fontes de financiamento é cada

dia pior. Mas eu gostaria neste momento, se me permitirem, pedir a toda essa Bancada da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todas as autoridades que aqui se encontram e, principalmente, ao povo do Paraná, e hoje aqui em Curitiba, que nos unamos em torno da grande reivindicação de que a Usina do Xisto Betuminoso em São Mateus do Sul não morra.

É inconcebível que depois do Governo Federal, por intermédio da Petrobrás, tenha investido nestes 35 anos de trabalho incessante daquele pólo experimental já que ultrapassa 500 milhões de dólares, se pretenda agora numa penada, numa simples penada do Conselho de Administração da Petrobrás que se determine o encerramento das atividades daquela usina.

Vejam os Senhores que estão faltando simplesmente 37 milhões de dólares para o término da construção do pólo industrial que virá de fato tornar a Usina do Xisto de São Mateus como um órgão que começará a dar lucro porque até então, de fato, a usina experimental tem dado só despesas. Com 37 milhões de dólares simplesmente.

Ontem eu ainda dizia numa reunião que tivemos com o Superintendente da Usina de São Mateus que veio a Curitiba falar conosco na Associação Comercial, juntamente com outros empresários e outras entidades de classe, que não podemos de forma alguma aceitar que se feche aquela usina porque não há dinheiro para completar o pólo industrial. Quando nos dados que nos foram fornecidos, nós constatamos que se de fato, a usina fechasse a PETROBRÁS vai ter de desembolsar 30 milhões de dólares somente em indenizações. Isso não se concebe: se não se pode aplicar mais 37 milhões para completar o pólo industrial que virá dar lucro não só ao Paraná mas ao Brasil, e se pretenda gastar 30 milhões em indenizações e deixar aquela usina fechada e não sabem por quanto tempo, ficar sucateada. Os Senhores sabem que uma indústria parada ela, em pouco tempo, se estraga. Eu dizia ontem que nós sabemos as dificuldades do Brasil, o próprio Governo Federal em ter possibilidade financeira para atender a tantas demandas que existem no país. Mas eu dizia também que há pouco tempo atrás o Governo Federal na pessoa do Presidente Sarney, solicitou ao Congresso Nacional que lhe fosse dada uma verba de 910 milhões de dólares para a continuação da Ferrovia Norte-Sul, aquela estrada que liga o nada a coisa nenhuma. E por surpresa nossa o Congresso Nacional autorizou 140 milhões de dólares para a Ferrovia. Então porque não destinar uma parte desses 140 milhões de dólares, para a construção de uma estrada, que, no momento, é completamente desnecessária, para uma obra como a do xisto betuminoso que irá trazer tantos

benefícios ao Paraná e, indiretamente, ao Brasil.

De modo que eu acho que hoje, aqui, gostaria de fazer este apelo a todos os Senhores que aqui estão, que nos ajudem, de braços dados, lutarmos para que esse empreendimento não morra, continue. E disse até, numa proposta, esses dias, que fiz, de que se o Governo Federal efetivamente não tiver condições de tocar aquela obra e por isso ela ficará, fechada, se tornará sucata, se permita a grupos empresariais brasileiros que se interessam pelo assunto ou até mesmo a vinda de capitais do exterior. Mas que essa usina não morra em benefício do Paraná. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Queremos registrar ainda a presença honrosa do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, José do Carmo Garcia, Prefeito da Cidade de Cambé. Ainda falando em nome do empresariado paranaense, falará o Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica Nacional, empresário Atiliano Sobrinho.

O SR. ATILIANO SOBRINHO - Prezados, Deputados, Senhores Empresários, Senhores e Senhoras.

Teria somente 3 considerações rápidas a fazer.

Primeiramente em nome da indústria paranaense que atua na área eletro-eletrônica corroborar o posicionamento das nossas entidades: a Associação Comercial do Paraná, Federação das Indústrias e apor o nosso apoio à emenda aqui em discussão.

Segunda colocação, eu gostaria de dar um testemunho vivo e por dever de justiça também ao FNE, representando a empresa que nós dirigimos. Nós tivemos a satisfação e a honra de receber o apoio financeiro daquela Instituição na forma de capital de risco, dando início às nossas atividades no Paraná.

E se hoje exercemos com liderança em alguns segmentos na área que atuamos, em grande parte devemos, isto ao apoio fundamental não só financeiro mas também logístico à entidade neste momento representada pelo BADEP.

(Aplausos)

Eu gostaria também de fazer algumas colocações pelo fato de estarmos atuando em várias regiões do Brasil, temos testemunhado um esforço muito grande de vários Estados da Nação no sentido da criação de instrumentos que possam neutralizar esse efeito maléfico da falência do Estado na Nação brasileira.

E todo esse esforço vem caminhando no sentido de criar instrumentos mais ou menos similar ao Fundo de Desenvolvimento que apoiamos.

Sem dúvida nenhuma, a década de 90 será caracterizada por uma exiguidade total de recursos por parte do Estado. E aqueles Estados que não tiverem um instrumento - como dizia o Presidente do BADEF - que possa arcar com parte da contrapartida necessária ao Fundo de Desenvolvimento Industrial e Econômico do Estado não terão como fazer parte a estas solicitações da sociedade brasileira e a sociedade paranaense aqui no caso.

Acreditamos que não precisamos criar um novo instrumento, esse instrumento já existe, graças a Deus, tem cumprido com seus objetivos, objetivos para que foi criado. Lamentavelmente também, como disse o Presidente do BADEF, o Governo paranaense não tem cumprido com suas obrigações legais de destinar parte dos recursos do Fundo de Participação dos Estados a esse Fundo. Nós achamos que a Emenda sugerida aqui vem compensar em parte essa omissão. Então o posicionamento da Indústria paranaense ligada ao setor elétrico é de total apoio à Emenda.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Convido a fazer uso da palavra o Sr. José do Carmo Garcia, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

O SR. JOSÉ DO CARMO GARCIA - Srs. Deputados, colegas prefeitos, membros das vinculadas do Governo do Estado do Paraná, empresários, Senhoras e Senhores.

Primeiramente é necessário se fazer um registro e muito oportuno. Estamos vivendo a elaboração da Carta Constitucional do Estado do Paraná, e neste momento de tanta descrença quanto a participação dos políticos, nós vemos no Paraná uma demonstração de democracia, uma demonstração da participação na elaboração de uma Lei Magna, de uma Lei tão fundamental. Por isto, em nome dos municípios do Paraná, queremos cumprimentar aos Deputados pela forma democrática com que estão elaborando a Constituição do nosso Estado. E, além de cumprimentá-los, nós queremos renovar mais uma vez uma reivindicação feita quando do primeiro encontro dos prefeitos aqui na Capital de que nós precisaremos, a nível de Câmaras Municipais, do apoio, do respaldo dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que os municípios possam elaborar as suas próprias Leis Orgânicas, sem precisar fazer as xerox, as fotocópias. Que tenham o respaldo e o apoio da Assembléia Legislativa para que a legislação, a nível de Paraná, possa espelhar a realidade e os anseios de nossa população.

Portanto fica o registro dos nossos agradecimentos à Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná. E, por outro lado, se como bem disse o Presidente da Associação Comercial do Paraná, neste momento, conclamo a todos, para o não fechamento da usina de São Mateus, é a mesma reivindicação, o mesmo anseio de todos os Municípios do Paraná, que estão vivendo hoje paralisações, fechamentos, de muitas indústrias, e que isto nos preocupa, e nos preocupa sobremaneira.

Há indústrias do Norte do Paraná, que também estão encerrando as suas atividades.

Há um exemplo recente do Município de Cambé, em que uma Empresa, a única do Paraná, também está fechando as suas portas.

Há motivos de preocupações, por isso é importante um despertar para nós defendermos em todos os instantes os investimentos produtivos em nosso Estado.

É preciso uma regra dos investimentos no Paraná, devem ser tratados com todo o zelo e com todo o respeito. Há uma luta dos Prefeitos, para se conseguir uma Empresa para os seus municípios.

Os Prefeitos se desdobram de todas as formas, hoje se monta uma estrutura e se recebe o empresário nos Municípios, como nós recebemos um ente querido, alguém muito especial em nossa residência, dispensando a ele todo o tratamento, mostrando a ele todos os pontos do Município, para que ele possa ali se instalar, gerar empregos e gerar recursos. Mas, há um problema muito sério, e que tem que ser levantado.

Até hoje a industrialização no Paraná, sobretudo, no Norte do Paraná, onde nós vivemos isso intensamente, foi construída, foi edificada, é claro, que com apoio, respaldo dos Bancos de Desenvolvimento, do BADEF, do BRDE, mas, sobretudo, com esforços dos Municípios.

Os Municípios tirando recursos dos impostos adquiriram áreas de terras, fizeram doações, implacaram a infra-estrutura, para que as indústrias pudessem ter implantadas em suas jurisdições.

Agora, há um momento de extrema dificuldade, não existe recursos para nós fomentarmos o desenvolvimento. E aí, a situação fica extremamente difícil.

Os Municípios estão crescendo, a uma taxa considerável, ao ano, portanto, é preciso termos recursos, é preciso canalizarmos recursos, para o desenvolvimento econômico.

Por isso, em nome dos Municípios do Estado do Paraná, nós estamos sentindo o, anseio, o desejo dos Prefeitos, de que através dos royalties, se possibilite a manutenção, o fortalecimento e o fomento, desse importante instrumento que é o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná.

(Palmas).

Com isso, os municípios que têm suas terras e que tiveram suas terras alagadas, terão a possibilidade de receber a compensação através dos 50%. Há 48% que fica para o Estado e que poderia ser destinado a este fundo de desenvolvimento econômico, para beneficiar não só os municípios que foram afetados, mas para beneficiar todos os municípios do Estado do Paraná. E beneficiando os municípios do Estado do Paraná, o que se investir nos municípios, evidentemente retorna para o Estado, retorna para o povo paranaense. E nós, a nível de Paraná, só seremos fortes e competitivos se nós investirmos no setor produtivo. É através do setor produtivo que nós vamos beneficiar duplamente o social, através da geração de mão-de-obra direta e além disso, paralelamente a isso, fortalecendo os cofres municipais para que os Prefeitos possam investir em saúde, educação, transporte, habitação, cultura esportes e lazer, tornando o Estado cada vez mais forte e mais competitivo. É o pensamento da Associação dos Municípios do Paraná. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Após as palavras do Senhor José do Carmo Garcia, ilustre Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, falará a representação dos trabalhadores, o Senhor Antônio Beni, Presidente da Associação dos Trabalhadores do Estado do Paraná. E após o Senhor Beni, falará o Senhor Francisco Gomide, Presidente da COPEL.

O SR. ANTONIO BENI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários de Estado, Senhores Prefeitos, demais autoridades, Senhoras e Senhores; ouvimos a classe empresarial também preocupada com os destinos dos royalties, com o destino do desenvolvimento do Paraná. A classe trabalhadora também, usando desta democracia da Assembléia Legislativa do Estado, também vem expor o seu pensamento e a sua preocupação quando se refere não tanto aos problemas econômicos mas sim aos problemas sociais já causando no nosso Estado, em virtude das barragens, das usinas, das hidrelétricas, e etc.

Fazemos um retrospecto do que é o nosso Estado, a sua origem e o seu sustento. O Paraná, reconhecido nacionalmente como um dos maiores "celeiros" da Nação. A sua produção e produtividade faz com que este "gigante" se mantenha de pé. Agora, Senhores, se nós analisarmos o que acontece hoje na vida deste povo que trabalha no setor produtivo, fazendo com que este "celeiro" se mantenha nesta divulgação das super-safras anuais de grãos, se mantenha o setor de agricultura, no estágio em que se encontra, nós devemos lembrar, também,

que este próprio homem que traz este progresso e este desenvolvimento ao Estado do Paraná e que produz estas toneladas de grãos, também foram prejudicados e grandemente prejudicados através dos alagamentos do nosso Estado.

Eu disse, no início, dos nossos problemas sociais, o que mais nos preocupa, e eu como representante dos trabalhadores rurais, do pequeno produtor até o volante bôia-fria, sentimos na carne o preço e a responsabilidade que temos neste desvirtuamento que até agora aconteceu em nosso Estado.

Enquanto se preocupa simplesmente com as finanças dos municípios, preocupa-se com o desenvolvimento industrial, nós estamos preocupados com o homem, a base de toda esta sociedade. Este homem que perdeu a sua terra por causa dos alagamentos. O homem que perdeu seu emprego rural. O homem que hoje sonha com este "pedacinho de chão" que produziu para alimentar sua família e a população como um todo. Este homem, hoje nas periferias da cidade, reclamando por um pedaço de chão, se ficar à mercê do Governo Federal jamais ele terá este prazer e este sonho realizado.

Sabemos da política agrícola desastrosa em que reina esta nação. Sabemos do compromisso do Governo Federal com o produtor de alimentos básicos. Sabemos que hoje o pequeno produtor está de "pires na mão", implorando um preço justo pelo suor do seu trabalho, pedindo um crédito rural que não existe. E a Assembléia Legislativa do nosso Estado sabe muito bem que até hoje o nosso pequeno produtor rural não recebeu o PROAGRO, ainda, das defasagens e intempéries que houve no passado e a alegação dos bancos; a alegação do Governo é de que o país não tem dinheiro.

Por isso está essa classe marginalizada e nós, a bom momento, atendendo o chamamento dos nossos ilustres deputados, estamos aqui para pedir encarecidamente que o Estado do Paraná hoje tem em seu poder tudo para não cometer a injustiça que a União, o Governo Federal cometeu até agora conosco.

Está nas mãos dos Srs. Deputados, usando dessa democracia de fórum popular, onde todos nós temos condições de chegar, dar o nosso depoimento, revelar nossas preocupações e, acima de tudo, fazer um pedido: apoiar a iniciativa do Dr. Celso Sabóia, Presidente do BADEP, que a melhor proposta seria que os royalties fossem canalizados ao FDE, porque só através dele teríamos certeza absoluta que a distribuição destes recursos seriam, analisando as prioridades do Estado, aqueles mais prejudicados, os que mais merecem, para não cometer as mesmas injustiças que foram cometidas pelo Governo Federal até hoje.

Falo isso de cadeira, porque o banco, uma entidade sem burocracia como o BADEP, onde nós atuamos lá como membros do "Pro-cera" a toda essa classe que eu disse que perdeu as suas terras; a essa classe que hoje vive reclamando um incentivo para o setor produtivo para poder produzir alimentos básicos para levar à sua família e a todos os paranaenses, hoje é discutido nos redutos do "Pro-cera", via BADEP, onde os trabalhadores rurais também terão assento; onde nós também damos o nosso parecer e onde é estudada a prioridade de cada centavo que injeta ao setor produtivo do Paraná.

Por isso, nós reivindicamos neste momento que, através das mensagens que já tenho em mãos dos Srs. Deputados de que a Constituinte Estadual seja olhada com bons olhos; também seja olhada com muito carinho essa parte para que a sociedade como um todo não venha reclamar no nosso Estado aquilo que hoje reclamamos da Nação como um todo.

Apoiamos as mensagens dos Deputados Homero Oguido, Gernote Kirinus, Orlando Pessuti, Luiz Alberto Oliveira, Pirajá Ferreira, onde enfocaram a sua preocupação e onde pedem que o destino desses recursos seja via FDE. Só assim nós podemos, no dia de amanhã, viver mais feliz um pouco. O dia de amanhã será bem visto perante a sociedade como um todo e não sermos cobrados severamente como fomos cobrados até hoje.

Eu quero neste momento agradecer aos Srs. Deputados pelo trabalho realizado na Constituinte Estadual até hoje. Estou acompanhando de perto: agradecer ao Sr. Relator, Deputado Caíto Quintana, e a todos os senhores pelo trabalho sério, pelo compromisso sério com o povo do Paraná que tiveram até hoje e dizer que daqui para frente, com essa postura, com essa dignidade, podemos fazer uma lei em nosso Estado que não venha envergonhar, como a Constituição Federal.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) Após as palavras do Presidente da FETAEP, ouviremos o professor Francisco Gomide, da COPEL.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Srs. Deputados, Sr. Secretário da Fazenda, Srs. Líderes empresariais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Há dois desafios importantes frente ao setor energético no Paraná.

Um deles é o de transformar em vantagens para o Paraná a sua condição de grande fornecedor de energia elétrica.

E o outro desafio, igualmente importante, é de que os recursos hídricos rema-

nescentes no Paraná venham a ser explorados pelos próprios paranaenses, dando uma infra-estrutura energética que é vital para a industrialização em nosso Estado.

A questão dos royalties que hoje está sendo discutido aqui, é importante porque ela tem muito a ver com esses dois grandes desafios. A Constituição Federal já nos ajudou muito no que tange a Royalties, em termos do primeiro desafio, o primeiro desafio é transformar em vantagens para o Paraná a sua função de exportador de energia elétrica, a eficiência de royalties como preceito constitucional garante e assegura o cumprimento desse desafio. Os senhores têm hoje a oportunidade histórica de estabelecer o contraponto a esse preceito Constitucional, vindo para a nossa Constituição do Estado e assegurando o segundo objetivo que é enfrentar o segundo desafio. Há duas informações aqui que são importantes que estejam na mente dos senhores: A primeira delas é de que o Estado do Paraná apesar da sua abundância de recursos hídricos e de capacidade instalada para geração de energia elétrica no seu território, ainda tem um consumo de eletricidade per capita, inferior a média brasileira, o que é típico de um País, de um Estado não industrializado, esse é o desafio.

Uma outra informação importante é que ele foi, os senhores certamente já sabem disso, foi privilegiado pela natureza, com exceção da Bacia Amazônica e da Bacia do Rio Uruguai, o potencial hídrico remanescente no País se concentra no Estado de Minas Gerais e no Estado do Paraná. Temos uma tarefa gigantesca pela frente, pelos próximos 20 a 30 anos para a implantação de usinas hidrelétricas nos Estados do Paraná. Nesse contexto e para atingir o segundo desafio, que é garantir que os recursos hídricos paranaenses sejam explorados definitivamente por paranaenses, é que nós trazemos uma preocupação com a emenda que está sendo discutida aqui, com a proposição em pauta. Em conversas e negociações anteriores com o BADEP, nós entendíamos que era importante capitalizar a empresa energética estadual. Vocês sabem que para fazer frente a esse desafio que é vital para o processo de industrialização do Paraná, é assegurar que exista energia elétrica, que dê condições para que esse desenvolvimento surja, há recursos de três origens para fazer frente a esses investimentos: Recursos tarifados, recursos de capital e novos empréstimos. Nós defendíamos a tese de que Royalties vindo através do FDE para o BADEP, pudesse também ser colocado na forma de ação, o FDE já é acionista da COPEL hoje. Então, é muito importante que o BADEP tenha condições de aumentar o seu capital na COPEL em vez de fazer um empréstimo para a COPEL, porque

isso alavanca novos empréstimos que são interessantes para o Estado. A mesma posição que tem o BADEP em termos de royalties a contrapartida para outros empreendimentos do Estado. Nós temos na COPEL caracterizados, esses dinheiros que eventualmente o FDE coloca na COPEL como recursos próprios, nós alavancamos novos empréstimos e quem ganha com isso é o Paraná, e quem ganha com isso é o processo de industrialização do Estado. É esse sentido então que ao mesmo tempo nos associamos no apoio à essa emenda, pedindo que se repita numa última reunião e se não seria possível garantir essa possibilidade de que seja industrialização via FDE, como inicialmente numa das primeiras discussões, estávamos ali com o orçamento de 1/3 desses recursos na forma de capital, via FDE, para assegurar a existência de energia elétrica no futuro paranaense.

Então, seria essa a nossa observação, e eu pediria que fosse considerado numa reunião subsequente, que se examine novamente esta emenda.

Muito obrigado por esta oportunidade; ela tem sido objeto de negociações entre o BADEP e a COPEL, e eu penso que o BADEP, como gestor do FDE, não teria objeção a essa pequena introdução de uma alteração.

Muito obrigado pela atenção, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) Após as palavras do ilustre Professor Francisco Gomide, Presidente da COPEL, ouviremos o Dr. Luiz Carlos Haully, Digno Secretário da Fazenda do Paraná. O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Srs. Constituintes, Srs. Prefeitos, Presidentes de empresas do Governo do Estado, Srs. Presidentes de Associações, Senhoras e Senhores.

Como contribuição a esta discussão, vou trazer aqui algumas preocupações da Secretaria da Fazenda, do Estado do Paraná.

Na verdade os royalties ainda objeto de discussão no Congresso Nacional, estamos lá com a nossa assessoria trabalhando direto para termos a aprovação mais breve possível da Lei Complementar.

Tanto a COPEL como a Secretaria da Fazenda mantém assessores em Brasília junto aos nossos Deputados, para conseguirmos o mais rápido possível a aprovação da Lei Complementar, após o que, com a aprovação também da Lei Complementar, o Estado do Paraná, através da Assembléia Estadual Constituinte, no seu texto constitucional, na regulamentação do artigo 144, vai dar um tratamento e a destinação de aplicação dos recursos.

Inicialmente, na Assembléia Nacional Constituinte Federal, nós defendíamos a cobrança dos royalties em torno de 5% e

defendíamos também a cobrança do ICMS na energia, no petróleo e seus derivados, na interestadual, como uma regra geral para a aplicação do ICMS em todo o País.

Lamentavelmente fomos derrubados pelo "lobby" de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em que, através de alguns Deputados que prestaram grandes serviços ao Paraná, Deputado não obviamente do Paraná, Deputado de São Paulo, não conseguimos passar a nossa proposta de Emenda Constitucional, da cobrança do ICMS na interestadual de energia elétrica.

Estamos exportando renda hoje para São Paulo e Centro-Sul e para os outros Estados; porque, na verdade, era preferível receber os 12% da energia interestadual e mais os 5 dos royalties que é uma indenização e não um imposto. Perdemos esta batalha mas ganhamos parcialmente os royalties.

Foi um momento muito duro que tivemos na Constituinte, quando da defesa destas duas teses. Queríamos os dois como direito que o Paraná tem, pelas suas terras inundadas, pela contribuição que sempre deu à Nação.

Com a regulamentação dos royalties passou-se à segunda etapa, com a aprovação funcional da regulamentação. Inicialmente imaginávamos e discutíamos que 75% dos recursos fossem destinados ao Estado e 25% aos Municípios. Após inúmeras reuniões com os municípios energéticos do Estado de São Paulo, no Paraná, em algumas regiões em Foz do Iguaçu, outras em Curitiba, e algumas outras em São Paulo e Brasília, chegou-se ao denominador comum, de que 50% dos recursos seriam destinados aos municípios diretamente inundados, isto no caso da energia elétrica, que é a questão maior de hoje, porque o petróleo ainda é um assunto a acontecer, e 48% ao Estado e 10% ao DENAI. O DENAI entrou de carona nessa aí, com 2%.

Dos 48% restantes dos royalties, entendemos que ele, após também participar de inúmeras discussões e reuniões, entendemos e chegamos também ao consenso da aplicação destes recursos no FDE.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico é uma rubrica no orçamento do Estado do Paraná e é gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná; muito bem gerido, diga-se e se esclareça aqui, porque ao longo dos anos, o FDE, quase 27 anos de existência, tem possibilitado inúmeros investimentos no Paraná e tem possibilitado a recuperação de muitas empresas no Estado do Paraná.

É o caso da PROMEPAR, que foi com recursos do FDE e aqui eu abro parênteses também, o dinheiro da PROMEPAR até hoje ainda a Justiça não retornou, de direito, aos cofres do Banco do Estado para depósi-

to judicial, para discussão do retorno deste dinheiro aí ao FDE.

Lamentavelmente, Srs. Deputados, este dinheiro aí ainda não retornou. O que se constitui numa lesão ao erário público do Estado. Fecho parênteses porque realmente causa indignação o não retorno desse dinheiro, que pertence ao povo do Paraná.

Portanto, o FDE não é para sanear o BADEF, não. Pode tirar esta preocupação. O FDE é para aplicação em investimento produtivo, tanto na área agrícola como na área de desenvolvimento industrial e nas integrações. O FDE tem se prestado a isto.

Eu quero também aqui levantar a questão mais recente da aplicação do FDE, na solução do problema da Cooperativa de Francisco Beltrão. Entrou recursos do FDE, foi financiado a empresa para assumir aquele ativo e com isso possibilita também, dando uma grande contribuição na recuperação na Cooperativa de Beltrão no financiamento. Não é dinheiro perdido, é dinheiro investido que tem garantias, todas as garantias. O dinheiro vai, aplica, e depois retorna, novamente, ao fundo.

Portanto, este é o fundo dos fundos, é o melhor fundo que nós temos no Estado, que, inclusive, com esta discussão teria uma fonte de financiamento, que são os royalties. Porque na verdade o FDE com a capitalização dos nossos bancos; BANESTADO, BADEF, sempre dependeram de recursos do orçamento geral do tesouro para aplicação e aumento de capital e também para colocação de recursos no FDE.

Como será, realmente, este FDE? Com estes recursos vai possibilitar grandes investimentos, grandes possibilidades porque ele é muito amplo. Você poderá financiar empresas agro-industriais e o desenvolvimento urbano e também meio-ambiente. Então, ele é amplo e com uma proposta que nós concordamos também, que um terço desses recursos sejam destinados à COPEL, porque a COPEL, sem dúvida nenhuma, é a grande alavancagem no setor de produção de energia para o desenvolvimento do Paraná. Se o Paraná é o que é hoje sua parte fundamental também deve-se à COPEL.

Eu acredito que esta destinação de recursos supre também um problema muito antigo, que é da colocação de recursos no tesouro.

Com o fim de imposto único sobre energia elétrica e a COPEL tinha garantias desses recursos e hoje não tem mais a garantia vem em bom momento os royalties e poderá ser objeto de destinação.

Os outros dois terços restantes poderão ser aplicados livremente, conforme comissão paritária, que é uma proposta interessante, que aqui também nessa proposta paritária, conforme a proposta do Presidente da Associação dos Municípios do Pa-

raná. Entendemos da participação também de uma representação paritária de prefeitos nessa comissão e eu acredito que com isto nós chegaremos a um denominador comum do entendimento.

E eu falo em nome da Secretaria da Fazenda obviamente, e acredito que os Senhores Deputados Constituintes estão de parabéns com esta audiência pública. Pela segunda vez participo, aqui, nesta Assembléia, de uma discussão das mais importantes: a primeira em janeiro, com a discussão do ICMS, a mais democrática das discussões já acontecidas na história do Paraná e que serviu de exemplo para todo país, que chegamos a um denominador comum com a aprovação e participação ativa de todas as entidades classistas, de empresários e algumas de trabalhadores e também com a participação decisiva dos Senhores Deputados da nossa Assembléia Legislativa do Paraná.

Portanto, mais uma vez parabéns e eu acredito que com esta experiência participativa ganha o Paraná e ganha e engrandece cada vez mais a Assembléia Legislativa.

Era o que eu tinha a dizer.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) Após a palavra do Dr. Luiz Carlos Haully, Digníssimo Secretário da Fazenda do Estado e antes de passar para o próximo orador eu consulto se está presente o Prefeito Walter Munaretto, Presidente da AMSOP, se bem que sobre a representação dos municípios já falaram os prefeitos da cidade de Foz do Iguaçu e o Presidente da Associação Paranaense de Prefeitos.

Falará em seguida o Professor Eládio Delrosal da ITCF e informando aos presentes que não haverá debates, mas sim obedecendo a ordem de inscrição dos próximos oradores, que fizeram o início desse encontro.

Falaram Dr. Antônio Corazza (?), representante da CASIOPAR, Associação dos Comerciantes do Paraná, Dr. Valdir Isidoro Silveira da Associação dos Agrônomos, Vice-Presidente do Paraná, Presidente da Comissão Estadual e Coordenação e PROCERA - Programa de Crédito para Reforma Agrária, Dr. Gláucio Luciano Carolola, da Câmara de Vereadores de Guaíra, Dr. Humberto Bacarini, Superintendente da SUREHMA e após os oradores a Comissão se pronunciará na palavra do Deputado-Relator Caíto Quintana, após o que será encerrada a presente reunião.

Com a palavra o professor Eládio Delrosal - ITCF.

O SR. ELÁDIO DELROSAL - Eu quero inicialmente agradecer ao honroso convite que me foi feito, de poder compartilhar com os

presentes na discussão deste tão importante problema a ser solucionado para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Nós participamos já há muito tempo da preocupação com a construção, principalmente de hidrelétricas no Estado do Paraná. Há mais de dez anos nós vimos e estamos participando de trabalhos relacionados a esta área, principalmente.

Nós fazemos parte do CIT - Comitê de Estudos da Bacia do Paranapanema, do qual eu sou vice-presidente. Sou também membro da União dos Municípios Energéticos, convite que me foi feito numa região que representava o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias.

Nós entramos nesta discussão dos problemas das represas, preocupados com os problemas ambientais que vinham sendo ocasionados ao Estado. Problemas ambientais que iam desde a destruição dos remanescentes florestais das regiões do Estado, a interrupção de um fluxo migratório das espécies de peixes, hoje muitas delas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná, por estes problemas, até o problema das alterações de microclimas regionais que afetavam a produtividade agrícola no Estado do Paraná. Isso sem contar os prejuízos causados com a perda das férteis terras dos vales dos rios, principalmente do Vale do Paranapanema, que foi o objeto da minha grande preocupação.

Só no Vale do Paranapanema, perdemos nesses últimos tempos mais de oitenta mil hectares de solos, os mais férteis do planeta, e prejudicando o Estado do Paraná de forma realmente quase que irreversível, tendo em vista que os royalties não vão realmente repor os prejuízos causados ao Estado. Perda de ICM, perda de história daquelas populações que viveram naquela região, perda dos remanescentes florestais.

Muitas dessas usinas foram feitas sem a menor preocupação com as áreas inundáveis. Nós temos aí alguns exemplos, agora recentes, em que se discutia a Usina de Canoas, naquela região.

A Usina de Canoas é o último aproveitamento energético do Vale do Rio Paranapanema, e que deveria inundar, num estudo inicialmente feito, aproximadamente 57 mil hectares das terras mais férteis daquele vale, da região de Ardirá, Tambaracá, aquela região de terras fertilíssimas.

Uma movimentação do Comitê de Estudos Integrados e do Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, fez com que esses estudos viessem sendo alterados de forma que hoje com muito menos, com pouca inundação se produz tanta energia, como se inundassem os 57 mil hectares.

Num segundo estudo, esta área de inun-

dação passou para 13 mil hectares e num terceiro estudo já por pressão realmente da população que será afetada, esse estudo energético passou a menos de três mil hectares. O que mostra realmente que durante muito tempo esses grandes represamentos feitos na Bacia do Paranapanema, inundaram mais terras do que seria necessário e com isso prejudicando o Estado do Paraná, mais do que seria necessário.

É necessário que os royalties que agora estão compensando ao Estado do Paraná e que nós vimos defendendo há muito tempo em diversos fóruns a nível de País, que eles realmente venham a compensar esses prejuízos causados não só em termos de economia, mas também em termos ambientais.

É necessário que realmente nesses recursos que deverão forçosa e claramente serem encaminhados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, que me parece realmente a melhor solução, que eles sejam claramente definidos, quais os recursos que serão utilizados para recuperação dos rios paranaenses que são os geradores desses recursos.

Na realidade os prejuízos causados aos rios são realmente quase que irreversíveis, mas há possibilidade de se fazer muita coisa e existem países que há quinhentos anos atrás tinham rios poluídos atravessando suas capitais e que conseguiram com recursos muito grandes, recuperá-los.

É possível, com muito menos esforço, fazer isto no Estado do Paraná.

Existe hoje toda uma tendência de aproveitamento, de planejamento do país através das bacias hidrográficas. As bacias hidrográficas devem ser o grande ponto de planejamento da região. E no Estado do Paraná se inicia um trabalho pioneiro neste sentido que se chama consórcio de bacias, com a participação de vários municípios.

Quer dizer, a idéia é iniciar com algumas bacias e posteriormente expandir para as outras.

Então me parece que os royalties, pelo menos a parte correspondente ao Estado, um percentual disso, entre 5 e 10%, deveria ser forçosamente destinado a este tipo de trabalho, sem o que a médio e longo prazo nós poderíamos ter prejudicada, inclusive a produção de energia.

Nós participamos também das discussões com a União dos Municípios Energéticos que reivindica 50% dos recursos advindos do artigo 20 da Constituição - quarenta e oito seriam para o Estado e 2% para o DENAI.

O DENAI é uma instituição rançosa e que grande prejuízos causou ao Estado e principalmente ao Estado do Paraná nessa subdivisão injusta dos aproveitamentos hidrelétricos, principalmente na Bacia do

Paranapanema e que muitas vezes não discutiu nem com o Estado e nem com a população afetada por estes problemas.

Então, nós achamos que realmente os recursos para o meio ambiente tem que ficar claramente definido, para que nós possamos realmente recuperar esses rios. Que não se considere isto como dinheiro a fundo perdido, como eu ouvi um orador anterior a mim falar em recurso a fundo perdido.

Na realidade não é recurso a fundo perdido que se investe nos rios do Estado.

É sim um investimento no futuro deste Estado. Esta é a minha concepção desta questão.

Com relação aos projetos que tramitam no Congresso Federal, parece-me que o projeto do Deputado Maurício Fruet, que é o projeto da união dos municípios energéticos, é aquele que mais atende aos interesses do Estado do Paraná, porque o projeto anterior existente, o projeto do Senador Ronan Tito, entre vários parâmetros para distribuição de energia, estabelece que o consumo seria um desses parâmetros.

Parece-me um absurdo isto, até porque os municípios industrializados são aqueles que têm uma distribuição de renda muito mais bem feita do que aqueles que foram prejudicados pelos grandes alagamentos. Quer dizer, municípios como Primeiro de Maio e outros afetados não podem contribuir para desenvolver cidades ou municípios como Araucária que realmente embora tenham sua importância, não foram afetados ou não foram prejudicados e puderam redistribuir melhor a sua renda.

No caso de São Paulo, principalmente, é muito clara esta situação. Um município como São Bernardo do Campo seria aquinhoado com recursos muito maiores do que Salto Grande, por exemplo, que foi alvo de três represamentos e que praticamente destruíram o município, destruindo toda a possibilidade de desenvolvimento do município.

Então, nos parece que se nós não conseguirmos realmente jogar uma parte desses recursos para o Estado do Paraná e para, principalmente, os municípios atingidos, nós estaríamos realmente nos privando da oportunidade de corrigir um erro histórico já ocorrido há muito tempo.

Lembramos também que desses recursos que devem ser alocados ao Estado do Paraná, uma parte desses recursos deveriam ser alocados aos municípios que têm o seu desenvolvimento impedido por neles estarem abrigados partes, reservas, ou estarem sendo prejudicados em seu desenvolvimento ou estarem participando da qualidade de vida do Estado do Paraná.

Eu lembro neste caso o município de Piraquara. Um município que vem sendo prejudicado em seu desenvolvimento por manter

a boa qualidade da água que abastece a Região Metropolitana de Curitiba. Não se pode esquecer que este município precisa realmente ter uma compensação para que continue a fazer esse trabalho.

Municípios como Guaraquegaba que tem todo o seu desenvolvimento impedido por uma série de fatores, por abrigar lá alguns dos remanescentes da natureza do Estado do Paraná também deve ser arquivado.

Eu acho que isso não é realmente recurso, é como eu tenho dito: esse é o principal recurso que se faz no futuro do desenvolvimento deste Estado.

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento do BADEF eu acho que ele pode ser realmente o canal de distribuição desses recursos visto que já tem uma tradição de um bom trabalho prestado ao Estado do Paraná.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que realmente é uma grande honra compartilhar com os Srs. aqui desta discussão e me coloco à disposição para outros esclarecimentos que podem ser necessários.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - O Dr.

Roberto Macarini (?) declinou da palavra após o pronunciamento do Dr. Eladio.

Pretendendo a Comissão Constitucional permitir a todos os que fizeram inscrição para usar da palavra nesta oportunidade, e como há 5 oradores, incluindo o Sr. Relator da Comissão, nós concederemos a palavra a todos os inscritos, solicitando que o uso da palavra seja de 5 ou 6 minutos mais ou menos. Assim sendo, convido o Sr. Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Nós queremos saudar os Deputados Constituintes, os prefeitos, empresários, secretários, diretores de órgãos públicos, os Senhores e Senhoras aqui presentes.

Nós nos fazemos presentes nesta sessão pública, que os Deputados Constituintes, numa feliz iniciativa tomada, representando 36 associações comerciais do Oeste do Paraná, congregadas na CASSIOPAR. Já há mais de 10 anos que as associações comerciais do Oeste do Paraná discutem em suas reuniões, em suas assembleias, um apoio necessário à industrialização do Oeste do Paraná.

Tanto é verdade que já há 10 anos as associações comerciais do Oeste do Paraná apresentaram uma proposta que foi levada à Assembleia Legislativa, propondo a criação de um programa chamado PRODESIN, onde se propunha que o Estado colocasse 10% do ICM arrecadado no Oeste do Paraná no Fundo de Desenvolvimento do Estado no incentivo à agroindustrialização.

E quando se fazia esta proposta, nós tínhamos como argumento vários projetos

elaborados pelo CEAG do Paraná, onde se comprovava que se o Estado tomasse essa iniciativa em poucos anos o Estado teria recebido de volta esses investimentos em novas arrecadações de ICM pelas novas empresas e pelas novas indústrias.

E como é muito difícil que um dia isso aconteça, nós achamos muito oportuna essa oportunidade em que se discute a aplicação dos Royalties aprovados pela Constituição Federal. E a posição unânime das associações comerciais do Oeste do Paraná é no sentido de que a parte que cabe ao Estado seja destinado ao Fundo de Desenvolvimento Estadual no sentido de que o Estado do Paraná possa com isso criar novos empregos, que é o maior desafio do presente momento, a multiplicar a sua receita a médio e longo prazo, e o Estado fazendo isso, nós sabemos que ele estará investindo para resolver os problemas sociais do Paraná todo porque com novas receitas o Estado terá recursos para atender os problemas sociais que o Paraná tem e terá no futuro.

Esta é a nossa posição; parabenizamos a Comissão Constitucional da Assembléia Estadual Constituinte por essa iniciativa e integrando total apoio às Emendas dos Deputados que aqui estão presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) -

Com a palavra o Dr. Valdir Isidoro Silveira, Vice-Presidente da Associação dos Agrônomos do Paraná.

O SR. VALDIR ISIDORO SILVEIRA - Srs. Deputados, Secretário das Finanças, entidades de classe e de categorias, entidades ambientais aqui presentes, meus Senhores e minhas Senhoras.

Me permite, nesse momento, em nome da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná que tem tido uma luta ao longo desses anos no Estado do Paraná em defesa do meio ambiente, em defesa da qualidade de vida do nosso povo.

Nos lembramos que na década de 70, quando se falava em construir Itaipu, nós já nos responsabilizávamos com os destinos dessa terra fértil, por sinal uma das mais férteis do mundo que hoje estão alagadas, que hoje estão afundadas, como dizia o Deputado Caíto Quintana.

Me permita, Deputado, colocar aqui nesse momento, algum pensamento que vai balizar, rapidamente, o que nós vamos aqui defender e porque nós achamos justa a inclusão desses recursos, desses royalties da nação, ao FDE.

"Ao político não se cobra somente a denúncia do fato consumado, mas principalmente a advertência e luta contra atos e fatos que possam gerar denúncias posteriores.

Com o objetivo da advertência para coibir a continuidade de um projeto hidrelétrico descabido, desnecessário e extemporâneo, que tenta inundar um quinto do fértil território paranaense, é que compilamos os dados aqui apresentados, na expectativa de que as autoridades responsáveis se posicionem com firmeza, respaldadas pelo eco de protesto de milhares de paranaenses.

Não vivemos mais os tempos em que a vontade de poucos se sobrepunha aos interesses de muitos; não somos colônia do Brasil Federação para aceitarmos a espoliação pura e simples. Somos, sim, um Estado integrado ao universo nacional, com deveres que cumprimos e com direitos que temos de cobrar.

A abertura pressupõe o diálogo com a comunidade afetada, e não é mais possível a sangria constante de nossas riquezas, a expulsão sistemática do paranaense inundado, a diminuição de nossas áreas de produção, o aumento da tensão social nas áreas rural e urbana.

Jamais poderemos negar o aproveitamento de nossos rios se eles forem essenciais ao desenvolvimento de nossa pátria, mas jamais poderemos permitir que, extemporaneamente e sem retorno algum, seja afogado o Paraná, que antes de ser nacional é paranaense!"

Curitiba, outubro/1984.

20.09.84

(a) CAÍTO QUINTANA

Esse é um discurso que talvez muitos dos Srs. aqui presentes desconhecem e desconhecem, que foi feito pelo Deputado Caíto, a 20.09.84, onde dizia muito bem: QUEREM AFOGAR O PARANÁ.

Eu acho que esse Paraná, que nós temos uma dívida com esse Paraná, essa dívida para pagar o que aconteceu, como disse muito bem o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, esse governo que expulsou o homem do campo, que alagou as nossas terras, essa dívida pode ser paga com o fortalecimento dos municípios, com o investimento produtivo, no atendimento às necessidades básicas, quer do nosso trabalhador, quer do nosso povo em geral.

O Paraná 2000 está batendo às nossas portas. O Paraná 2000 a que uma década está chegando, e nós todos temos esse compromisso de fazer com que o Paraná não venha mais bater à porta da federação, de pires na mão, em busca de recursos, porque muitas vezes nós já tivemos.

E eu lembro quando diretor da COBRASA, lutando pela armazenagem e o Deputado Caíto Quintana diversas vezes participou conosco, Deputado Gernote Kirinus e tantos outros parlamentares, reivindicando que o

Paraná (?) lá nós tínhamos as portas batidas perante a insensibilidade dos órgãos federais.

Por isso nada mais justo do que defender esses recursos ao FDE, porque com esses recursos ao FDE nós teremos atendidas as reivindicações, que há pouco fez o ex-Prefeito (Albino Conrado?) ..(..?) da CA-CIOPAR que tem feito diversas reuniões no interior para investimentos produtivos. Nós entendemos as reivindicações da FE-TAEP, entendemos as reivindicações da Associação dos Produtores através de armazenagens comunitárias, através de pequenas agroindústrias, nós entendemos as reivindicações dos parlamentares que têm lutado há muitos anos, vamos atender à extensão rural neste Paraná que está sem recursos, que está com falta de técnicos, nós atenderemos, principalmente a meio ambiente e neste momento abro um parêntese para a grande catástrofe do dicofol, se isto está acontecendo é porque nós não temos o re-ceptuário agrônomo em prática, visto que faltam recursos para os técnicos, faltam recursos para ter mais técnicos para dar assistência ao nosso produtor, faltam recursos para nós termos desenvolvimento tecnológico para colocar à disposição da sociedade paranaense e principalmente a nossa agricultura porque hoje, porque hoje estamos penalizados, a nossa agricultura está penalizada porque existe uma concorrência desleal do mercado internacional, quiçá também a questão do dicofol tenha sido tão debatida porque a nossa maçã já está fazendo frente no mercado internacional, a maçã argentina, e esses recursos do BDE virá em boa hora porque virá corrigir as distorções.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Parlamentares.

Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zarusso) - Convidamos agora o Doutor Rasca (?), Presidente da Comissão Estadual da Coordenação do PROCERAS, Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

O SR. RASCA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado, Senhoras e Senhores.

Sou Presidente da CEPRO, que é a Comissão Estadual do Procera. O PROCERA, vem a ser o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária que são destinados aos assentamentos necessários.

Ele surgiu a partir da necessidade de administrar um decreto-lei - não me lembro o número - mas destinava 0,001 por cento do FINSOCIAL específico para os problemas de terra e de Reforma Agrária.

E isto perdurou durante os anos de 87 e 88.

Este Decreto já não existe mais e infelizmente os recursos para assentamento já estão comprometidos.

O PROCERAS tem se preocupado, no seu dia a dia, com a realização dos assentamentos; porque o Governo Federal quando desapropria as terras cria uma série de burocracia que impedem que o homem, ao adquirir a sua terra, tenha a posse imediata e tenha recursos suficientes para se auto-realizar. Só que hoje, no decorrer deste programa, vamos ver alguns setores que também estão totalmente abandonados que são: os setores dos agricultores que foram reassentados por ocasião do alagamento de suas terras. Incluiu-se esse programa para se tentar fazer aquilo que hoje já não existe mais perspectiva para atender essa reivindicação. Os assentamentos são grandes, as propostas de obras hidrelétricas são grandes e nós vemos que não adianta simplesmente reassentar essas famílias sem que tenham um programa de implementos que auto-reabilitem essas famílias, porque elas serão as gerenciadoras de uma convulsão social que está por acontecer no País. Defendemos a manutenção desse Fundo de Desenvolvimento Econômico porque o agente repassador desse recurso para assentamentos (?) é administrado pelo BADEP e o BA-DEP tem hoje um departamento que administra o dinheiro do FINSOCIAL que tem colocado essa questão de pessoas preocupadas com o que acontece hoje no País, a nível de campo, a nível de investimentos sociais para a viabilização de assentamentos ou reassentamentos. Então achamos que a criação desse Fundo é sensato, racional, tem um objetivo econômico.

Será de vital importância para reverter o quadro de desassistência por parte do Governo Federal para com os municípios atingidos e principalmente pelos agricultores que tiveram as suas terras alagadas.

Para isto, colocamos alguns pontos de reflexões: "se esse investimento recompõe as perdas de arrecadações de imediato; a criação de um índice... (Leitura ininteligível) de reassentamentos até que os mesmos obtenham sua autoviabilização; e 3º, participação de entidades civis e do meio ambiente organizados dos assentamentos e comissão paritária proposto no art. 144, § 2º na Emenda 247.

Portanto, Senhores, achamos que pela maneira como vem sendo conduzido hoje o programa do FINSOCIAL pelo BADEP, é de vital importância a manutenção desse Fundo.

E nós da Comissão do PROCERAS, representada por sete entidades damos o apoio integral e a essa manutenção do Desenvolvimento Econômico.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Após o Presidente da Comissão Estadual do PROCERAS, falará o representante da Câmara Municipal de Guaíra, conforme ofício que temos Senhor Presidente da Comissão com a finalidade de participar da Constituinte Estadual, por ocasião de audiência pública, que tratará dos assuntos pertinentes aos Royalties, tem a satisfação de apresentar os Vereadores (ininteligível) Dr. Glaucio L. Coraiola, Dr. Daniel Barros, Professora Sueli Aparecida Correia e Maria Euci Venâncio da Silva, os quais em Comissão representarão o Legislativo Municipal de Guaíra.

Na oportunidade, queremos antecipar o nosso agradecimento, pela atenção dispensada.

Atenciosamente,
Presidente da Câmara
Municipal de Guaíra (leitura).

Concedendo a palavra ao Dr. Glaucio L. Coraiola.

O SR. GLAUCIO CORAIOLA - Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Sras. e Senhores aqui presentes, imprensa que faz a cobertura desse evento.

Deus em sua imensa imprevidência, deu ao homem uma pá de inteligência, mas não lhe deu prudência, e o homem furou a terra, desviou os rios, matou as matas e afogou as sete quedas.

Adeus Sete Quedas, adeus Guaíra.

Foi assim que o Poeta registrou o fim das Sete Quedas, e registrou a situação de Guaíra. A Câmara de Vereadores de Guaíra, vem a público, trazer o grito da esperança, que nós estamos esperando nos Royalties da Itaipu Binacional.

Sem dúvida, e sem medo de errar, Guaíra foi a cidade que mais perdeu com Itaipu. Se pelo nosso sacrifício, nós estamos levando hoje ao Brasil inteiro, a possibilidade do desenvolvimento é com esse sacrifício que trazemos aos Constituintes Estaduais o nosso apelo, para que Guaíra não seja esquecida neste momento.

Alguns anos atrás, Guaíra foi surpreendida com o afogamento das Sete Quedas, e a maior Indústria, o turismo, estava desaparecendo.

Sabemos que no Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Federal Maurício Fruet, que é aquele que traz a toda a nação a melhor maneira de dividir os Royalties. Guaíra ali não pode receber o que é justo. Porque a sua população em 85 era pequena, e a sua área de terra inundável também foi pequena.

Mas o impacto sócio econômico, com que Guaíra até hoje vive, é muito grande. E não tem como aquilatar esse problema.

E é a Constituinte Estadual, que pode

igualar os desiguais, porque Guaíra é desigual diante dos outros Municípios que estão no lago de Itaipu. Não tem terra suficiente, não tem população suficiente, para ganhar o que merece.

Mas, os Deputados estão aqui e podem resolver este problema de Guaíra.

Nós queremos que os Royalties de Itaipu, tragam novamente desenvolvimento àquela Cidade que fica naquele longínquo rincão Paranaense.

Há muito tempo atrás, fomos surpreendidos, com a invasão dos Bandeirantes na Cidade Del Guairá, dizimando quase cento e cinquenta mil habitantes.

Foi a primeira vez que Guaíra sucumbiu-se. Veio a colonização da Mate Laranjeira, uma firma Argentina e Guaíra cresceu e ficou sendo a terceira Cidade do Paraná, uma das únicas com água e esgoto, supermercado, etc, por ordem do Governo Federal a Mac Laranjeiras obrigou-se a deixar a região. Novamente, Guaíra sucumbiu. Para o progresso do Brasil, veio a Itaipu. E novamente Guaíra sucumbiu.

Senhores Deputados, a Câmara de Vereadores de Guaíra deixa apenas uma pergunta: será que neste momento de esperança para a nossa cidade, os Senhores, com esta grande responsabilidade que têm, deixarão Guaíra, pela 4ª vez, sucumbir-se?

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) Não havendo mais inscrição para exposição do assunto, nós concedemos a palavra ao Deputado Caíto Quintana, Relator da Comissão Constitucional da Assembléia Estadual Constituinte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Basílio Zanusso, Presidente da Comissão Constituinte da Assembléia Legislativa, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos, Vereadores, representantes das entidades, Senhoras e Senhores; quando da elaboração do anteprojeto da Comissão Constitucional, nós tivemos o cuidado de ser concisos, cautelosos. Tivemos o objetivo de dar uma "espinha" à Constituição futura do Estado do Paraná, para que as Emendas dos parlamentares dessem a "carne", este conteúdo final que seria a Constituição do nosso Estado.

A luta por "royalties" no Estado do Paraná, é uma luta muito antiga. Durante anos e anos parlamentares, população, segmentos da sociedade lutaram por esta causa que estava, realmente, a prejudicar o Estado do Paraná. E eu recorro que na época, como uma pequena contribuição, elaboramos um estudo no qual mostrávamos que o Estado do Paraná entre usinas construídas, em construção e projetadas, tinha 57 hidrelétricas no território paranaense. Consu-

minho nossas terras, consumindo nossa produção, gerando problemas sociais e econômicos. E, não recebia o Estado do Paraná recurso algum de retorno por este bem econômico prestado ao Brasil inteiro, por força da interligação do sistema energético do País. Conseguimos, na Constituição de 1988, a garantia de "royalties" pela geração de energia. E aí nos veio a preocupação: se a luta foi tão grande para conquistar e os "royalties", precisávamos ter cautela para gerir estes "royalties", para que ele, na verdade, representasse ao Paraná a recuperação do que o Paraná perdeu.

Nós tivemos, na Comissão Constitucional, 1440 Emendas dos Parlamentares. Sendo que 1439 Emendas dos Parlamentares teve um Parecer prévio publicado pelo Relator.

Apenas uma Emenda, se os Senhores conferirem os blocos das Emendas apresentadas, vão perceber que apenas uma Emenda não teve o Parecer que será dado, ainda, para podermos propiciar isto que está acontecendo hoje, enobrecendo a Assembléia Legislativa e a sua Constituinte Estadual, promovendo um amplo debate para termos uma visão clara de como aplicar os "royalties" que o Paraná tem direito, em benefício do desenvolvimento do Estado do Paraná.

Eu gostaria que nós interpretássemos, pelas próprias colocações ouvidas neste Plenário, a dificuldade que a comissão Constitucional tem e terá em poder contemplar a todos, as vontades expressas neste Plenário. Se nós formos considerar aquilo que ouvimos nas colocações feitas hoje pela manhã, vamos chegar à conclusão de que a destinação de percentual fixo nas Emendas apresentadas chega quase aos 50% destinados ao Estado do Paraná. Isto nos leva a pensar que se tornaria estante a possibilidade de uma aplicação anual, colocada na Constituição. Talvez tenhamos que enfrentar, uma vez mais, a discordância de alguns setores por não acolhermos algumas pretensões. Mas, nada melhor do que esse fórum para interpretar de que se formos atender os percentuais solicitados para fixação na própria lei nós estaremos comprometendo a totalidade do recurso que o fundo teria sem lhe deixar a oportunidade de pela comissão paritária eleger anualmente as prioridades do desenvolvimento do nosso Estado.

Por que uma comissão paritária e em boa hora apresentada e discutida pelos parlamentares?

Essa comissão levantará as prioridades do Estado do Paraná. Nós não podemos ter dúvidas de que somos apontados ainda hoje de que somos o Estado maior produtor de grãos do Brasil, mas não podemos perder a expectativa futura de que ano a ano o Pa-

raná vai perder esta condição.

As fronteiras agrícolas abertas no Mato Grosso, Goiás e outros estados com maior quantidade de terra agricultável, vão levar o Paraná a perder essa condição de maior produtor de grão. Só há uma forma de desenvolver nosso Estado. Partirmos para a interiorização, principalmente voltadas às cidades do interior, conforme geração de mão-de-obra das nossas futuras gerações do Paraná, podendo trabalhar a industrialização, gerar riquezas para o País, riquezas para a comunidade a nível de emprego.

Por isso nós olhamos com bons olhos de que haja um gerente no Paraná e é bom que se diga que a parte destinada aos municípios será destinada por força de Lei Complementar Federal.

Nós estamos discutindo aqui quem vai gerir o recurso do Estado do Paraná. E o fundo de Desenvolvimento Estadual ligado ao BADEP é um Fundo experiente, com tradição, com condições. Não estou antecipando um relatório. Acho que foi unânime na colocação que fiz aqui de que tenha que haver um Fundo que destine esses recursos, elegendo senhores, prioridades dentro do próprio município de que a Constituição Federal adotou proibindo a vinculação de recursos na destinação orçamentária por quê?

Porque o orçamento anual tem o princípio de que se elege as prioridades de um determinado momento pela anualidade do orçamento.

Essa comissão paritária analisando os projetos apresentados para aplicação desses recursos do Fundo, ela anualmente estará elegendo as prioridades do Paraná, não tornando estante constitucional na destinação do Fundo.

Por isso, os recursos advindos, eu vi o Dr. Fabiano colocar que aproximadamente cem milhões apenas de Itaipu. Mas não é só Itaipu que vai gerar royalties para o Paraná.

Hoje, amanhã e no futuro, teremos talvez 57 usinas instaladas no Estado do Paraná, com a Constituição ainda em vigência retornando recursos para o Paraná para que esta comissão paritária junto com o FDE possa desenvolver a integridade do Estado paranaense e é difícil conciliar as três emendas. Nós teremos que encontrar na Comissão Constitucional uma redação capaz de atender as preferências do Paraná.

E eu me coloco entre tantas e tantas colocações que ouvi aqui de destinação de recursos a dizer neste plenário de que a geração de energia elétrica, traz no seu bojo uma consequência imediata. É o alagamento de terras. E o alagamento de terras, via de regra, acaba se transformando na saída de pequenos agricultores da área,

diminuindo a geração de grãos e impostos ao Estado, impossibilitando muitas vezes que esses indenizados nas áreas possam adquirir outra terra para poderem continuar a sua atividade agrícola.

E ninguém de nós tem dúvida de que o processo de reforma agrária e de assentamento de trabalhadores, enquanto que exclusivamente de competência da União jamais irá fazer frente à necessidade de relocalamento dessas pessoas que saem das áreas alagadas.

E a Comissão Constitucional, acatando um parecer, digo, dando um parecer parcial numa emenda do Deputado Nereu Massignan, arriscando inclusive a contrariedade do que diz a Constituição Federal, que cita que as indenizações serão feitas a dinheiro, estipulou a possibilidade de que no Estado do Paraná através de aquisição o Governo do Estado possa fazer um Fundo e desse Fundo, fazer a troca de terra por terra, compensando a qualidade pela quantidade.

Também nos traz uma indagação. Se talvez não fosse interessante de que esses royalties de Itaipu servissem para que o Governo do Estado do Paraná pudesse fazer um estoque de terra, aquisição de terra.

Não indenização de terra, mas aquisição de terra para poder relocar pessoas que foram e que serão desalojadas dos locais de onde saíram.

Eu cito isso para que os Srs. e as Sras. aqui presentes entendam a grandeza do momento que nós estamos vivendo, a auto-indenização que nos trouxe a fazer essa audiência pública para que juntos com a sociedade do Paraná pudéssemos encontrar a melhor redação e o melhor gerente para esse recurso extraordinário que o Paraná poderá receber.

A título ilustrativo eu colocaria a este plenário de que todo o projeto de eletrificação rural desenvolvido pelo Estado do Paraná nos últimos dois governos não conseguiu em recursos em dólares o que o Paraná poderá receber dentro dos próximos anos como retorno de pagamento de royalties pela geração de energia elétrica. Nos cabe como parlamentares e cabe aos senhores e às senhoras como integrantes da sociedade paranaense voltados ao desenvolvimento do seu Estado sabermos que a luta pelos royalties foi conquistada.

A gerência desse recurso é que impõe agora de que ele seja feito da melhor maneira para que o Paraná possa continuar progredindo e prosperando.

Essas colocações apenas eu faria. Nós temos reuniões com os parlamentares da Comissão Constitucional. Haveremos de encontrar de comum acordo, independente de qualquer tipo de pressão que nos norteou, até hoje no trabalho da Comissão Constitu-

cional a todos nós, independente de qualquer tipo de pretensão e individualidade, temos que ter a consciência neste momento que estamos fazendo uma Constituição e não estamos fazendo uma Constituição para Governo A ou B; não estamos fazendo uma Constituição partidária. Nós estamos fazendo uma Constituição para o paranaense e principalmente para as gerações que vêm aí e que precisam encontrar um Paraná nesse desenvolvimento que ele passa a adquirir.

Eu agradeço o Deputado Basílio Zanusso a oportunidade de falar em nome dessa Comissão, que aliás está toda presente no dia de hoje, demonstrando interesse pelo acontecimento, e mais uma vez reafirmar a certeza aos senhores aqui presentes de que nós poderemos errar inconscientemente, mas a nossa vontade na feitura da Constituição do Estado do Paraná é dar a este Estado uma Constituição moderna, ágil, democrática, independente de pressões de direita ou de esquerda, porque o Paraná, terra de todas as gentes, na verdade o que quer é continuar prosperando.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) A Mesa ainda informa ter recebido ofício do superintendente dos recursos hídricos e meio ambiente oferecendo subsídios aos estudos do assunto.

Nós encaminharemos à Comissão Constitucional para apreciação.

Quero informar também à Mesa e aos senhores presentes que a Comissão Constitucional por objetivo de cumprimento dos prazos de 5 de outubro, está promovendo reuniões das lideranças e demais integrantes da Comissão pela manhã e à tarde, reuniões plenárias que normalmente adentram a noite.

E ainda hoje pela manhã manifestou-se o Presidente, Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, de que Sua Excelência está disposto inclusive a promover reuniões pela manhã, à tarde e à noite, objetivando o cumprimento do prazo fatal, já que em alguns Estados parece difícil que as Constituições de alguns Estados sejam elaboradas no dia 5 de outubro.

Quero, ao encerrar essa audiência pública, agradecer a presença dos senhores Deputados Nereu Massignan, David Cheriegate, Hermas Brandão, Gernote Kirinus, Werner Wanderer, Sabino Campos, Pedro Tonelli, Caíto Quintana, Homero Oguido, Lauro Alcantara, Antônio Costenaro, Haroldo Ferreira, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti e Algaci Túlio; ainda o ilustre Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Haully e em especial expositores; Dr. Fabiano Braga Cortes, Diretor da Itaipu; Dr. Celso Sabóia,

Presidente do BADEF, os Prefeitos José do Carmo Garcia, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e o outro Prefeito Álvaro Neumann, Presidente da AMOP; também da representação do empresariado paranaense, Dr. Luiz Reinaldo Zanon, o Dr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira e o Dr. Atiliano de Ons Sobrinho; ainda a representação dos trabalhadores, o diretor da FE-TAEP, Sr. Antenor Bene; o ilustre Professor Francisco Gomide, Presidente da COPEL, o Dr. Luiz Carlos Haully, ilustre Secretário da Fazenda; do Professor Eládio Delrosal, do ITCF; o representante da CACIOPAR, Dr. Albino Corrazza; o Dr. Waldir Isidoro Silveira, da Associação dos Agrônomos, é o Vice-Presidente; o Dr. Raska, Presidente da Comissão Estadual de Coordenação do PROCERA - Programa de Crédito para Reforma Agrária, e o Dr. Gláucio Lucia-

no Coraiola, representante da Câmara dos Vereadores; das demais autoridades estaduais, dos militantes de entidades e instituições, das representações classistas, dos líderes municipais que vieram todos dar a sua contribuição.

A Comissão Constitucional recolheu desses debates, subsídios fundamentais para operar em seguida um consenso suprapartidário a respeito da destinação dos royalties a que o Estado do Paraná tem direito.

Estamos seguros de que com os elementos aqui, a Comissão poderá distribuir com maior conhecimento de causa, de forma imediata, fixando desde a questão da gestão e destinação dos recursos de ocorrência. A Comissão agradece a honrosa presença de todos.

Declaramos encerrada esta audiência.